ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA PESCA – 28/09/2017

O coordenador Roberto Wahrlich (UNIVALI) fez a leitura da lista de presença, fez uma explanação sobre o que é são as câmaras setoriais do CEDERURAL. Leu a pauta, e começou com os antecedentes da Câmara Setorial, fez um histórico das atividades. Roberto passou a apresentação para a OCEANA. Mônica fez uma apresentação da gestão científica da pesca com dados, estudos e recomendações científicas. Falou sobre a campanha da Tainha da safra 2017. O Tainhometro, uma medição online da captura. O site da OCEANA possui um link para dados de pesquisa como relatórios do SIG-SIF, mapas de bordo. Estas informações são públicas. Diogo da APPAESC falou sobre a necessidade do pessoal colaborar com as informações, considerando que necessitam confiar no uso destas informações, o pescador não passa as informações corretamente devido a falta de confiança. Thaís do MDIC comentou que a CONJUR do MDIC considerou que existe informações sigilosas nos mapas de bordo, considerando que os dados da pesca poderiam ser fornecidos. Maneca (convidado SITRAPESCA) falou que o mapa de bordo não tem informações corretas porque os pescadores não confiam nas instituições. Mônica (OCEANA) ressalta que essas informações são imprescindíveis para as políticas de gestão do manejo da pesca. Reforçou que as lideranças têm papel importante na mudança dessa cultura, isso é fundamental. São diferentes fontes de informações para a pesca da tainha, mapa de bordo, SIG-SIF, instituições e Tainhometro. Elielma (MDIC) ressaltou a importância da mudança dessa cultura, se as informações não são boas o governo não consegue definir adequadamente o ordenamento da pesca. Maneca salientou que o governo iniciou isto, porque usou as informações para punir. Mônica rebateu que estava na hora de mudar o discurso, de parar de apontar culpados e reclamar, pois isso não resolve mais. Wilson (SINDIPI), falou que depois que a OCEANA entrou houve um aumento na restrição da pesca. Disse que os berçários estão sendo esgotados e que isso prejudica a pesca. Rodrigo (APPAESC) disse que existe a necessidade de controle, mas nem todos estavam liberados para pescar, mas tem que permitir que os pescadores trabalhem. Ivo (FEPESC) disse que sempre trabalhou com a coleta de dados, que é fácil quando se tem um coletor de dados. Defende a cota para

que todos possam pescar. O governo tem que fiscalizar. Agnaldo (SINDIPI) questionou de quem é o dever de casa, o armador tem como cobrar as estatísticas. Hoje tem que fazer o mapa diário, que serve como o mapa de bordo, mas tem sido utilizado para punir o pescador. O direito de pescar deve ser de todos. Armadores são colaboradores e as parcerias são importantes. Que é de acordo com o fornecimento dos dados. Falou também sobre uma notificação que a embarcação recebeu do IBAMA no Rio Grande do Sul. Martin (OCEANA), apresentou os resultados do tainhómetro e como foi o processo de coleta dos dados. Mas falou que os colaboradores participavam de forma voluntária. A OCEANA ajudou no processo, organizando os dados. O banco de dados possui diferentes acessos, nenhuma organização acessa as informações da outra. O banco de dados é único e integrado, com todo sigilo. A informação total que é pública. Foram 1.373 registros inseridos, total 3.413.183 kg de tainha em 2017. Um dos objetivos do Tainhómetro foi o fortalecimento das lideranças das instituições, também foi colocar a pesca da tainha na mídia. Assim como mostrar a possibilidade de se estabelecer cotas com informações rápidas, durante o andamento da safra. Foi questionado sobre o SIG-SIF, que não pode ser acessado este ano de 2017 e que os dados disponibilizados pela OCEANA se referem ao período 2002-2015. Foi questionado se os dados de desembarque em portos de outros estados entraram no Tainhómetro. Foi explicado que não, pois a intenção não foi fazer estatística pesqueira, mas mostrar que o setor pesqueiro de Santa Catarina tem organização para obter informações. Sérgio (SAR) comentou que o Presidente do SITRAPESCA mencionou na reunião da câmara, que uma grande parte da captura não foi relatada por ter sido feita de forma clandestina. Agnaldo (SINDIPI), falou da reunião do CPG, onde não tinha números, então se não tiver estudos, daqui a dois anos a pesca industrial não poderá mais ser realizada. Questiona se estes dados poderão ser utilizados. Considera que a importância de utilizar o SIG-SIF, o qual pode informar toda a tainha que entrou. É uma forma de se aferir a captura total e o controle de produção. Se o número pode ser usado no plano de gestão? Roberta (ICMBio) reforça a necessidade de fortalecer a Câmara com a participação de outros fóruns regionais e locais. Defende o mapa de bordo como instrumento de, mas tem que vencer a desconfiança, perguntou como os pescadores colocaram os dados, se foram realmente corretos, ou em

alguns casos tentou se colocar informações diferentes para tentar aumentar a produção. Levantou a preocupação com o sigilo das informações do mapa de bordo. Marquinhos (APPAECSC) questionou se realmente estes dados serão utilizados para as políticas públicas e disse que as informações utilizadas para as normas têm sido do litoral de São Paulo, não condizendo com a realidade de SC. Falou também que as informações do mapa de bordo podem ser trabalhadas para depois disponibilizar de forma pública. Agnaldo (SINDIPI), sugere que o Cepsul realize pesquisas com a tainha para subsidiar as decisões. Ivo (FEPESC) pela experiência de outros anos, geralmente os dados são abaixo da realidade, ressaltando a importância das informações. A FEPESC está à disposição para parcerias para realizar a coleta de dados. Roberto (UNIVALI) perguntou qual a visão da Federação para a safra deste ano de 2017, com 2.600 toneladas para a pesca artesanal como um todo. Ivo respondeu que foi trabalhado com uma expectativa de produção de 1.800 toneladas. Achou que não ia chegar a esse valor, ressaltando a necessidade da pesquisa. Seu Wilson (SINDIPI) falou da importância das informações da CAMEX de exportação das ovas, que pode se chegar ao total produzido, na região sudeste/sul. Antônio (OCEANA), reforça a necessidade de cruzar e utilizar todas as fontes de dados para se chegar ao mais próximo da realidade. Monica (OCEANA) apresentou os estudos de estimativa do tamanho de estoque sul da tainha. A avaliação indicou que a biomassa do estoque está abaixo do nível recomendável (estoque sobrepescado) e a mortalidade por pesca está acima do recomendável (em sobrepesca). Por precaução a cota sempre é definida abaixo do rendimento máximo sustentável - RMS. O máximo rendimento econômico da pescaria é abaixo do máximo rendimento sustentável. A recomendação científica foi de 4.300 toneladas como limite anual de captura (cota). Maneca questionou os números apresentado pela OCEANA, principalmente os valores de biomassa. Propôs que a pesca deva ser fechada por até 10 anos, fala da problemática da pesca da tainha dentro da Lagoa dos Patos (RS), que intensa durante o ano inteiro. Roberto falou que não é possível discutir os detalhes do estudo neste momento. Sugeriu-se que seja feito um debate em Itajaí com apresentação e discussões dos detalhes do estudo e a metodologia utilizada, com pesquisadores que participavam do estudo. Marcos (APPAECSC) fez questionamentos sobre a avaliação do

estoque, principalmente pela influência das alterações ocorridas nos últimos anos com a redução das áreas de pesca, do número de embarcações e do período de pesca, sobre os resultados do estudo. Considera que a situação não está tão crítica conforme foi apontado, com isso não necessitando medidas tão restritas para a tainha. Mônica considera que o estudo pode ser refeito utilizando uma espacialização dos dados. Se houver dados disponíveis para refazer, considera essa possibilidade. Elielma (MDIC) apresentou a estrutura de gestão compartilhada e a descontinuidade dos trabalhos em função das alterações de ministérios. Ações para a safra de 2018 garantindo a realizações das reuniões do CPG Pelágicos, conforme cronograma em anexo. Foram contratados dois consultores para revisar o Plano de Gestão e serão contratados mais quatro cujos resultados dos trabalhos serão discutidos nas reuniões do CPG Pelágicos. Thaíz – do Departamento de Monitoramento, Registro e Controle (MDIC) falou que hoje só tem o mapa de bordo como instrumento de controle. Propõe mapa de bordo informatizado, facilitando a sua sistematização. Mencionou a proposta de retomar o Probordo para o próximo ano. Roberto questionou Elielma sobre a criação dos fóruns estaduais de ordenamento pesqueiro. Relatou que as principais demandas da câmara são de ordenamento e dentro do estado. Elielma relatou que foi elaborada uma minuta encaminhada recentemente para o MMA, com diretrizes gerais e que estão aguardando o retorno para a publicação e implementação. Wilson (SINDIPI) sugere que seja feito uma pesquisa antes da safra. Para proteção, sugere que se faça um defeso de 8 meses, liberando a pesca em 4 meses: de abril a julho. Agnaldo ressalta que através do mapa de bordo a pesca profissional (industrial) é a única que apresenta informações de captura. Questionou os CPGs vão ou não funcionar e se a pesca profissional vai ou não poder pescar, se não vai, não precisa mais falar em mapa de bordo. O setor necessita ser ouvido, questionou se o Plano de Gestão pode ser ou não ser alterado. Elielma respondeu que o Plano é passível de mudanças, deixando claro que o governo não foi contra a cota, mas que não tinha condições de aplicar o monitoramento e estabelecer cotas no para safra de 2017. Uma das consultoras contratadas é a Valéria Marques, da FURG para propor alterações no Plano de Gestão. Informou que estão com recursos para iniciar o monitoramento. Roberta (ICMBio), colocou que a avaliação de estoque foi bem-

feita, sabendo das limitações em função dos dados, como apresentado pelos autores Santana e Kinas e são os melhores dados científicos disponíveis. Existem vários modelos que podem ser utilizados. Considera que tendo um número para trabalhar é favorável à aplicação de cotas, desde que haja condições de controle, ou seja um número pequeno de entrepostos e que sejam usados os melhores dados científicos que existem atualmente. Como a pesca da tainha é bem complexa, possui uma forte componente da pesca artesanal, e o sistema de gestão pesqueira está fragilizado, sugere como encaminhamento que se comece a trabalhar com cotas a partir da pesca da sardinha, como modelo para ver a aplicabilidade. Questiona as cotas para tainha em relação à pesca industrial, por exemplo, se aberta a qualquer embarcação, pois podem atingir as cotas em uma única saída, 40 traineiras x 50 toneladas. Outra preocupação, como apresentado, é o monitoramento/controle, no industrial, tem vários pontos de descarga em Itajaí e só 8 deles operaram com SIF. NA pesca artesanal seria mais difícil ainda. Considerou que hoje o barco de pesquisa dificilmente poderá ser utilizado para operações com pescaria de cerco porque está adaptado para arrasto, mas o Cepsul poderá acompanhar a frota de cerco. O Cepsul tem focado seu trabalho em outras frentes, por exemplo nas capturas de espécies ameaçadas, quase ameaçadas e com dados insuficientes, sem direcionamento às espécies-alvo. Talvez em 2018 possam trabalhar um pouco mais direcionado à tainha, hoje não trabalham com o ordenamento desta pescaria, mas podem trabalhar em parceria, considerando que o foco do ICMBio é outro. Agnaldo fala que o setor já pensou na questão de cotas para sardinha. Sérgio (SAR) comentou que o valor inicial proposto como cota era o limite inferior de segurança, mas poderia ser discutido o seu aumento dentro do limite, mas isso não chegou a ser discutido. Mônica concordou com isso. Elielma comentou que o estudo da OCEANA foi considerado no Plano de Gestão, porém por ter sido considerado que o estoque está sobre-explotado e pela judicialização, o Subcomitê Científico resolveu seguir o Plano de Gestão, ainda sem proposição de cotas. Mônica sugeriu que a Secretaria Nacional da Pesca e Aquicultura abra um espaço para colocar as minutas de portarias em consulta pública. Colocou que a preocupação da OCEANA é evitar supersafras de tainha, e a redução do esforço não garante que isso não ocorra. Outra sugestão é a discussão do

plano e reuniões locais. Que os representantes sejam ouvidos antes as medidas serem tomadas. Monica (OCEANA) se propôs a ajudar na organização de reuniões para essas discussões. Também sugeriu que sejam enviadas sugestões ao Subcomitê Científico do CPG Pelágicos antes das reuniões do CPG. Reforçou que se alguém tiver informações espaciais da pesca sejam encaminhadas. Sugeriu ainda que o sistema do tainhómetro desenvolvido para o Sindipi para entrada de dados em formulários digital no formato de mapas de bordo, possa ser utilizado pela Secretária Nacional. O dados do formulário são inseridos em um banco de dados que permite a exportação para uma planilha tipo Excel. André Mattos (FIESC) colocou que o setor pesqueiro não está sendo respeitado. Sugere a regionalização, e que fosse dada autonomia para as coordenações estaduais ou regionais. Coloca que existem instituições capacitadas para trabalhar, Univali, Sindipi, Fiesc. Que existe necessidade de fortalecimento das superintendências estaduais. Integrar técnicos com setor produtivo. Que as decisões não podem ser tomadas por poucos, sem o setor ser ouvido. Elielma concorda com a questão da regionalização e eles estão trabalhando para isso. Agnaldo informou que dia onze de outubro o Secretário Nacional Dayvson vai estar em Itajaí e isso poderá ser conversado com ele. Sobre as cotas, Diogo (APPAECSC) propõe que sejam divididas por setor e que os próprios setores definem os critérios de divisão. Antônio (OCEANA) lembra que o Plano de Gestão está em vigor e a cada ano vai reduzir o número de embarcações até acabar o acesso para as modalidades de cerco e emalhe anilhado. Questiona que se o setor não aceita os estudos existentes, vai continuar a redução do esforço de pesca. Em 2015 já havia sido proposto o uso de cotas utilizando os mapas de bordo, o setor pesqueiro industrial não aceitou e o Plano foi implementado sem cotas. Seu Wilson (SINDIPI) colocou que o governo deveria fazer os estudos, e que os estudos apresentados por outros não sejam aceitos. Roberto (UNIVALI), salientou que o governo não tem estrutura e pessoal para tocar a pesquisa como tinha há vinte anos atrás. Hoje a regionalização pode ajudar e deve ser construída. Sabrina (SINDIPI), disse que cotas podem ser utilizadas e como poderiam ser divididas, acha que a avaliação de estoque pode ser aprimorada. Depois de se definir o número, vem a questão de como dividir. Roberto (UNIVALI), falou que a gestão tem que ser feita com as melhores informações

disponíveis. O cientista trabalha com os dados disponíveis, mas se os dados não são bons os resultados também não vão ser. O desafio é saber quanto peixe tem na água. Falta sincronia entre as partes. Os avanços têm que ser gradativos e contínuos. Martin, reforça que a Oceana vai continuar trabalhando principalmente a questão do mecanismo de controle das cotas. Agnaldo (SINDIPI), ressaltou que isso só vai funcionar se ocorrer um acordo que envolva o Ministério Público, que é quem manda de fato, que deveria ser chamando para discutir e apresentar as questões reais da realidade do setor. Elielma, disse que está tentando uma agenda com a procuradora federal Anelise Becker. Mônica, reiterou que a OCEANA é uma ONG que não é contra a pesca, está a disposição para contribuir, mas desde que o setor queira. Sérgio encerrou a reunião parabenizando a todos, elogiando a condução da reunião e da Câmara Setorial pelo coordenador e agradeceu a presença de todos, ressaltando a participação dos representantes da OCEANA e do MDIC.